

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Degeneração, subalternidade e favela: Anália, 'uma mulher de cor preta' no Rio de Janeiro pós-abolicionista

Degeneration, subalternity and favela: Anália, 'a woman of black colour' in post-abolitionist Rio de Janeiro

Pedro Felipe Muñoz*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Allister A. Teixeira Dias**


Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil


Recebido em: 22 jan. 2021.

Aprovado em: 06 maio 2021.





* Professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor e Mestre em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (pedrodemunoz@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-2741-9103>

 <http://lattes.cnpq.br/4455526149667552>

** Doutor e Mestre em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Membro da *Red Iberoamericana de Historia de la Psiquiatria*. (allisterdias@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-1882-4211>

 <http://lattes.cnpq.br/0478696860604822>

Resumo

Este artigo analisa a história de Anália: negra, pobre, favelada, com diversas internações no Hospício Nacional de Alienados (HNA) e condenada a 15 anos de prisão, após cometer um assassinato em 1937. Em sua vida, Anália esteve em conflito com os diferentes discursos hegemônicos, entre eles as normas culturais e de gênero de sua época. Em uma das internações no HNA, "uma mulher de cor preta" foi o nome registrado no seu prontuário, o que identificamos como um ato discursivo típico do racismo no Brasil pós-abolicionista. Em diálogo com os estudos subalternos, conectamos o caso Anália ao cotidiano das classes populares, sobretudo à exclusão social e racial, assim como às expectativas de gênero das mulheres negras, no Rio de Janeiro pós-abolicionista. Por fim, relacionamos esse caso e as favelas ao modelo brasileiro de governamentalidade e ao projeto urbano do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Psiquiatria. Gênero. Crime. Raça. Favelas.

Abstract

This article analyzes the history of Anália: black, poor, a slum dweller, with many admissions to the National Asylum for the Insane (HNA) and sentenced Anália to 15 years in prison after committing a murder 1937. Throughout her life, Anália was in conflict with different hegemonic discourses, among them the cultural and gender norms of her time. One of her hospitalization at HNA, "a woman of black colour" was the name registered in her patient records, which we identified as a typical discursive act of racism in post-abolitionist Brazil. In dialogue with the subaltern studies, we connected Anália's case to the everyday life of the popular classes, above all, to the social and racial exclusion, as well as the gender expectative for black women in post-abolitionist Rio de Janeiro. Finally, we linked this case and the favelas to Brazilian model of governmentality and Rio de Janeiro's urban project.

Keywords: Psychiatry. Gender. Crime. Race. Favelas.

Introdução

Em meio a atual crise das democracias liberais do Ocidente,¹ há uma discussão no meio político e intelectual brasileiro sobre os fracassos do país e suas causas. De um lado, as atuais teses patrimonialistas reatualizam o diagnóstico da corrupção como grande mal, reforçando, ao mesmo tempo, os anseios neoliberais de privatização. Por outro lado, intelectuais de esquerda identificam a escravidão e o racismo estrutural como problema central do país. Jessé de Souza afirma que a tese do patrimonialismo, baseada nos estudos de Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, eclipsou o debate sobre o racismo. Ao seu ver, a antropologia cultural freiriana não rompeu com as hierarquias e, de certa forma, contribuiu com o racismo culturalista.² Fábio Konder Comparato, por sua vez, busca no passado oligárquico a raiz do problema atual.³

Percebe-se, assim, que tais estudos revivem um debate do pensamento social brasileiro do século passado, povoado de determinismos muitas vezes herdados do século XIX: "o juridicismo (Alberto Torres), o economicismo (Caio Prado), culturalismo (Gilberto Freyre), racismo (Oliveira Viana), psicologismo (Paulo Prado)".⁴ Embora este artigo se apoie na tese do racismo estrutural – modo normalizado como as relações e instituições se estruturam, em cuja ordem social o racismo não é uma exceção e sim uma regra⁵ –, não é nosso intuito produzir novos determinismos ou buscar a origem única dos males do Brasil.

Neste trabalho, optamos por seguir os estudos subalternos latino-americanos e suas proposições analíticas sobre a etnicidade e gênero que criticam as culturas de elite, forjadas na razão colonial, no liberalismo e na modernização excludente. Eles discutem também as insurgências na história e os mecanismos discursivos de constituição da hegemonia.⁶ Além de lançar luz no silenciamento dos oprimidos, como na história vista de baixo, tais estudos defendem o uso de comparações que combinem "reflexão e abstração para gerar conceitos no processo de compreensão", conectando "uma temporalidade abrangente" e "o problema da governabilidade".⁷ Sobre o conceito de gênero concordamos com a definição de Scott de que ele é "uma forma primária de dar significação às relações de poder", sendo usado para a delimitação

¹ CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

² SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

³ COMPARATO, Fábio. *A Oligarquia Brasileira: visão histórica*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵ ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

⁶ RODRIGUEZ, Ileana. Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: from representation to recognition. In: RODRIGUEZ, Ileana (Ed.). *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham: Duke University Press Books, 2001, p. 01-32.

⁷ Guha *apud* RODRIGUEZ, Ileana (Ed.), *Ibidem*, p. 08-09.

– e não raramente para naturalização – das diferenças sociais, sexuais e culturais entre homens e mulheres. Trata-se, portanto, de um conceito normativo que também toca na questão da identidade subjetiva e das repressões às possibilidades alternativas.⁸

Com base nesse instrumental teórico, analisaremos a trajetória de Anália,⁹ uma paciente do Hospício Nacional de Alienados (HNA) – instituição que funcionou na zona sul do Rio de Janeiro desde meados do século XIX até os anos 1940, quando cedeu espaço ao campus da Praia Vermelha da Universidade do Brasil.¹⁰ Ao longo do artigo, empreendemos uma análise detalhada do arquivo clínico de Anália, seu diagnóstico (degeneração atípica) e suas condições de vida, enquanto habitante de favela. Discutimos também as tentativas de insurgência e resistência ao poder, por parte de Anália, que desafiam as normas culturais impostas às mulheres negras da sociedade carioca pós-abolicionista, mas que, muitas vezes, são capturadas pela estrutura disciplinar da época, da qual a psiquiatria fazia parte. Já a vida de Anália no Morro da Mangueira nos impõe problematizar o tema das habitações populares e da expansão das favelas no Rio de Janeiro, ao longo da Primeira República (1899-1930) e da Era Vargas (1930-1945).

Investigar a experiência de uma mulher negra e pobre nos ajuda a perceber aspectos fundamentais, mas ofuscados da nossa formação sociocultural. Anália, mulher negra “anônima”, invisibilizada e ausente, lutou com os recursos subjetivos (possíveis) por sua sobrevivência e dos seus.¹¹ Através desse caso, observaremos não somente a sociabilidade dos oprimidos e seus processos de subjetivação, mas também a narrativa estigmatizante sobre a vida favelada e a governamentalidade¹² excludente da República.

O caso Anália

A anamnese de Anália no Pavilhão de Observações (PO)¹³ foi encerrada com as seguintes palavras: “no que concerne a sua história patológica, nada de importante apuramos. Nenhuma alucinação apresenta para o lado da vista e do ouvido e nega abusar das bebidas espirituosas.

⁸ SCOTT, Joan Wallace. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99, 1995.

⁹ Nome fictício de A. T. B. B. que extraímos da música Maracangalha, de Dorival Caymmi.

¹⁰ ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios*, Rio de Janeiro 1830-1930. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

¹¹ GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel Therezinha. *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

¹² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.155-164.

¹³ Instituição da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) situada no HNA, entre 1894 e 1938, com função de ensino médico e triagem de pacientes, sob a direção permanente de Henrique Roxo desde 1921 até sua aposentadoria. MUÑOZ, Pedro Felipe N. de; FACCHINETTI, Cristiana; DIAS, Allister A. Teixeira. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, v. 20, p. 83-104, 2011.

Não crê em espiritismo, nem o pratica. Assegura-nos que nunca fora presa de ataques".¹⁴ Em sua primeira internação, o médico descreveu Anália como uma mulher "preta", de "24 anos", "solteira", "doméstica", de "estatura mediana". Aos médicos do PO, Anália disse que sua internação se deveu "ao seu próprio gênio". No exame físico, bem como das funções psíquicas, nada foi detectado. Ela recebeu o diagnóstico de "Estado Atípico de Degeneração" e "uma poção calmante". Em 01 de dezembro de 1930, dez dias após a sua entrada, foi transferida para o HNA,¹⁵ onde permaneceu por três meses e meio.¹⁶ Interessante notar as negativas de Anália acerca do uso de bebidas alcoólicas e de possuir crenças espíritas. Nessa época, ambos eram centrais em alguns diagnósticos psiquiátricos.

Para além da repressão às práticas afro-brasileiras, o "baixo espiritismo" (termo usado pelos médicos) representava uma prática de cura alternativa à medicina oficial. Entretanto, no discurso médico, era patologizado, visto como produtor de anormalidade mental e "delírios", sobretudo quando praticado por indivíduos degenerados – negros ou não, mas no geral pobres de "baixa cultura". Diversos textos médicos da primeira metade do século XX articulavam espiritismo, doença mental e crime – como nos trabalhos dos psiquiatras Henrique Roxo (1877-1969), Afrânio Peixoto (1876-1947) e Heitor Carrilho (1890-1954).¹⁷ Na literatura psiquiátrica e criminológica, como nas perícias no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJ) – e no laudo de Anália –, o espiritismo era associado às doenças venéreas, alcoolismo, jogos de azar, pederastia, vida escolar irregular, longa ficha criminal, vadiagem, etc. Em debate com Nina Rodrigues (1862-1906), para quem parte da população negra era capaz de desenvolver doenças mentais complexas como a paranoia, Roxo publicou um texto onde afirmava que a "casta negra" e os "pretos de imaginação pueril" eram, no geral, mentalmente "atrasados e inferiores", por isso, interessavam-se por "ideias místicas, fantásticas e irreais", como as "espíritas".¹⁸ Além de ancorado no degeneracionismo, esse texto é um exemplo da forte presença do racismo científico no meio intelectual da época.

Depois da primeira internação, Anália passou pelo HNA ao menos mais duas vezes. A segunda passagem identificada por nós ocorreu em 03/02/1933, novamente através do PO. No

¹⁴ Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB). Documentos Clínicos do Pavilhão de Observações do HNA. Livro de Observação 348, Ficha de Observação 401. Base de Dados História e Loucura. Observações Clínicas - 8 de novembro a 2 de dezembro de 1930. BR RJIPUB POHNA.01.01.00357.

¹⁵ BR RJIPUB POHNA.01.01.00357. *Ibidem*. Não tivemos acesso a nenhum dos prontuários de Anália no HNA. Esses documentos se encontram no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira.

¹⁶ MAC DOWELL, Frederico L.; BERGALLO, Raul. S. Laudo do Exame de Sanidade Mental 399: A. T. B. de B. In: *Livro de Laudos e Pareceres Psiquiátricos n. 11 do Manicômio Judiciário do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: s/e., 1937. Museu penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ/SEAP). Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Base de Dados História e Loucura. BR RJMPERJ MPERJ.

¹⁷ JABERT, Alexander. *De Médicos e Médiuns: Medicina, Espiritismo e Loucura no Brasil da primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). COC/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009, p. 15. Para Roxo, por exemplo, a maioria dos casos de delírio episódico dos degenerados é gerado pelo espiritismo. ROXO, Henrique. A razão de ser do Delírio Episódico. *Imprensa Médica*, Vol. 4, n. 3, mar. 1928, p. 13.

¹⁸ ROXO, Henrique. Perturbações mentais nos negros do Brasil. *Brasil-Médico*. Rio de Janeiro, nº 18, 1904, p.8-24.

campo "nome" da ficha de observação consta apenas "uma mulher de cor preta" – inscrição denotadora de indistinguibilidade e indiferença própria de práticas racistas. Nada novo haja vista o "princípio da ausência" ser "uma das bases fundamentais do racismo".¹⁹ Seu nome aparece na margem, o que, talvez, indica que ela foi identificada posteriormente. Ela tinha 26 anos e novamente foi descrita como solteira e doméstica, sendo transferida do PO para o HNA em 04/02/1933, com o mesmo diagnóstico da primeira entrada.²⁰ Na seção Esquirol do HNA, seu diagnóstico foi preenchido da seguinte forma: "(Estado atípico de degeneração) Personalidade psicopática. Embriaguez patológica".²¹

A internação seguinte ocorreu em 28/06/1937, uma vez mais no PO. Ela tinha 32 anos e foi descrita como casada. Seu diagnóstico foi mantido e ela foi transferida para o HNA, em 29/06/1937.²² Nessa ocasião, ela já havia cometido o crime pelo qual foi submetida a uma perícia psiquiátrica no MJ. Através dessa fonte clínica, foi possível conhecer detalhes da história de vida de Anália, **ainda que pela voz dos médicos** que a examinaram. Contendo 17 folhas, trata-se de um laudo longo e atípico – tamanho que não era exatamente incomum, mas que também estava longe do padrão. O laudo foi assinado por Frederico Luiz Mac Dowell, psiquiatra no Manicômio Judiciário, e Raul Santiago Bergallo, médico legista da polícia.

Proveniente de Minas Gerais, agora com 32 anos, "dizendo-se casada", analfabeta, pesando 55 kilos, com 1,46m, o corpo de Anália foi descrito pelos médicos peritos nestes termos:

Rosto oval, tendo a frente fugidia, o nariz achatado e de base larga, os lábios carnosos, as fendas palpebrais obliquamente dirigidas para fora e para cima, as orelhas pequenas e lóbulos aderentes... o tórax e o abdômen relativamente amplos e arredondados, a bacia corresponde ao tipo próprio do sexo feminino.²³

Os médicos ressaltaram, em vários momentos no documento, o quanto as informações fornecidas por Anália eram "**confusas**" e "**imprecisas**". Eles insistiam em anotar o quanto a paciente estava reticente em falar da sua vida:

Parece-nos ter receio de que suas declarações pudessem prejudicá-la (...) pouco a pouco, contudo, fomos obtendo por vezes contradições entre o que nos declarava um dia e o que nos revelava depois.²⁴

Nesse interrogatório, de caráter pericial, Anália (mulher negra) se encontra diante do aparato discursivo e institucional da psiquiatria poucas décadas depois do fim da escravidão,

¹⁹ KILOMBA. Grada. Prefácio. Fanon, Existência, Ausência. In. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, p.11-16, 2020, p.12

²⁰ IPUB. Livro de Observação 376, Ficha de Observação 206. Base de Dados História e Loucura. Observações Clínicas – 10 de janeiro a 8 de fevereiro de 1933. BR RJIPUB POHNA.01.01.00385.

²¹ MAC DOWELL; BERGALLO. *Livro de Laudos... Op. cit.*

²² IPUB. Livro de Observação 440, Ficha de Observação 241. Base de Dados História e Loucura. Observações Clínicas – 12 de junho a 7 de julho de 1937. BR RJIPUB POHNA.01.01.00449.

²³ MAC DOWELL; BERGALLO. *Op. cit.*

²⁴ *Idem.*

subjetivamente inundada pela força da colonialidade racista e produtora de medo e "complexo de inferioridade", fundada no "estremecimento, na genuflexão" e na "subserviência".²⁵ Sem contar que o próprio interrogatório, com sua natureza impositiva e pautada num desnível abissal de poder, pode gerar imprecisões. Apesar disso, diferentemente do que ocorrera em sua primeira entrada no PO anos, Anália relatou dessa vez que fazia uso habitual de bebidas alcoólicas e que fumava.

Seu corpo foi perscrutado, assim como o de outras treze mulheres que, antes de Anália, passaram por experiências periciais similares.²⁶ Em Anália, foram assinalados traços fenotípicos da negritude que – no discurso psiquiátrico, médico-legal e criminológico – representam ecos neolombrosianos já desacreditados, associados à degeneração: forma do rosto, de testa e das orelhas, por exemplo. Sem contar as tatuagens, uma no braço direito e outra na coxa esquerda, todas de caráter amoroso. No discurso médico do período, as tatuagens revelam a ausência de cultura, pobreza e degeneração, em uma personalidade anômala.²⁷

A gramática da biotipologia de corte endocrinológico²⁸ orientava o olhar médico para assinalar o tipo "feminino" do formato do corpo. O constitucionalismo kretschmeriano – base teórica da psiquiatria forense e criminológica do MJ na década de 1930 – impunha a inscrição do sujeito em tipos. Anália, nesse registro, seria uma mulher pícnica. Esta perspectiva constitucionalista considerava o corpo das mulheres menos padronizáveis. No entanto, a mulher pícnica, com acentuada adiposidade e com pescoço curto, tenderia a um temperamento "ciclotímico", variando entre os polos da "alegria" e da "tristeza", e a uma predisposição psíquica para a "loucura maníaco-depressiva". Seriam mulheres que cometiam poucos crimes. Quando muito, tendiam ao roubo e à fraude, sendo pouco reincidentes, propensas à regeneração. Vale destacar que Ernst Kretschmer (1888-1964), em 1923, discutiu a teoria das constituições pelo prisma racial e enfatizou a não correspondência entre as raças e os tipos constitucionais, uma vez que a distribuição dos grupos corporais nas raças era equilibrada.²⁹

Os médicos do MJ se colocavam como portadores da verdade da narrativa da acusada: "fazendo um apanhado de tudo o que nos pareceu importante em suas narrativas, pudemos relatar como se segue, o viver da observada". Dentro dessa verdade, Anália, que era proibida pela mãe de brincar com meninos, já muito nova morou com uma tia que a maltratava, mesmo

²⁵ CÈSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 2004 p. 9.

²⁶ Esse é o resultado quantitativo de nossa pesquisa junto aos *Livros de Laudos e Pareceres Psiquiátricos do Manicômio Judiciário do Distrito Federal*. MPERJ/SEAP. Base de Dados História e Loucura. BR RJMPERJ MPERJ.

²⁷ CARVALHO, Elísio. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1921, p.190.

²⁸ Na Itália, com o desenvolvimento de conceitos como "hábito humano individual" (tipos de corpos), "temperamento" e "constituição", abriram-se condições para os estudos de Nicola Pende (1880-1970) em busca de síntese entre endocrinologia e psicologia para a construção de uma nova ciência, a *biotipologia humana*. VIMIEIRO-GOMES, Ana C. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 7, n. 3, p. 705-719, 2012.

²⁹ KRETSCHMER, Ernst. Konstitution und Rasse. *Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie*, 82, p.139-147, 1923.

ela tomando conta dos sobrinhos menores e sendo obediente. Aos sete anos teria sido levada por sua mãe para viver na família de um coronel de Minas Gerais, onde era bem tratada, sem, contudo, ter sido educada.

Pela idade de Anália em 1937, trata-se provavelmente do ano de 1912, sob o contexto do coronelismo da Primeira República. O termo "coronel" não se resumia aos ex-membros da Guarda Nacional. Ele englobava desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres, que exerciam o poder local em zonas rurais, controlando o sistema eleitoral em favor das oligarquias governistas, a partir de sua ascendência sob o trabalhador rural.³⁰ Levando em conta a realidade das zonas rurais, é típico o caso da dependência de Anália e sua mãe em relação ao coronel – assim como a prática de "dar" a filha aos "cuidados" do coronel. Mais que isso, práticas dessa ordem, uma separação mãe-filha ainda que aparentemente consentida, expressavam marcas absolutamente claras da escravidão em regiões rurais. Meninas negras como Anália, ao serem "levadas" para morar em casas de famílias brancas, abastadas e poderosas localmente, permaneciam presas a um tipo de sujeição de tipo senhorial que as destinavam totalmente à domesticidade. E umas das forças motrizes deste tipo de sujeição era a permanência de um discurso que inscrevia a mulher afrodescendente num registro de "brutalidade, vigor e ausência de sensibilidade a dor".³¹

Anália permaneceu vivendo com a família do coronel até os 14 anos, quando se enamorou de um soldado. Seus padrões ficaram contra o namoro porque o soldado era branco. Fugiu com ele, mas foram pegos pela polícia e forçados a casar – algo típico dos casos de amor e de questões de gênero narrados por Caulfield.³² A violência foi a marca dessa relação. Seu primeiro marido bebia, tinha outras mulheres e não provia "as necessidades da família como deveria". Batia com frequência em Anália, que resistia. Feriu-a algumas vezes com instrumentos cortantes, como punhais e navalhas, não era à toa a grande cicatriz que Anália possuía na região escapular esquerda. Ela resistia às violências também com agressões diversas.

Fugiu deste casamento vindo ao Rio de Janeiro com um filho de um ano e meio e grávida de alguns meses. Trabalhava na casa de uma amiga, "ajudando-a na lavagem de roupa e nos serviços da casa". A mão de obra feminina negra nos grandes centros urbanos nestas primeiras décadas do século XX tendeu ao trabalho doméstico, com jornadas de trabalho longas, pouca remuneração, falta de direitos e muitas vezes assédio e violência sexual. Relações sociais instáveis, mas também solidárias marcaram as vidas de muitas mulheres negras no pós-abolição. Várias estratégias de sobrevivência cotidiana foram traçadas, seja no mundo privado ou público:

³⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³¹ MACHADO, Maria. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p.334-340, 2018. p.335. Ver também XAVIER, Giovana; BARRETO, Juliana; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: SUMMUS; Selo Negro, 2012.

³² CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

A maior parte das mulheres era que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens (...) Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar.³³

Anália logo empregou-se em uma pensão, onde trabalhou um mês e meio sem receber. Ao cobrar a dívida, a patroa disse que não tinha dinheiro e que lhe pagaria depois. Anália procurou a polícia. Tendo em vista que ela não possuía carteira profissional, a polícia disse que nada podia fazer. Ela, no entanto, decidiu enfrentar a sua patroa. Formou-se uma briga que levou Anália a ser presa e, um mês depois, enviada para o Hospício, onde permaneceu três meses e meio. Ela assim justificou sua primeira estadia no HNA:

porque em breve talvez irei para lá, porque estou aqui doente e todo reclamo para ir a presença de um médico várias vezes e quando enfim fui a sua presença, ele se limitou a perguntar o que eu tinha, mas não me examinou e disse que eu não tinha nada. Aborreci-me e discuti com ele, com certeza pensou que eu estava maluca e mandou-me para lá.³⁴

Dois aspectos interessantes despontam desta sua fala: 1. sentimento de adoecimento/demanda frustrada por ajuda médica; 2. perspectiva de um novo internamento psiquiátrico. Em outra passagem sobre os infortúnios de Anália, os médicos registraram:

Numa das vezes em que nos narrou o episódio da pensão, acrescentou, a maneira de ementário, amargamente, que, se roubasse um objeto da patroa mesmo talvez que fosse para se pagar, seria presa, no entanto não podia obter o pagamento do seu trabalho.³⁵

Ou seja, um relato das novas formas de trabalho compulsório. Permanências claras de uma lógica de trabalho de condições no mínimo semiescravistas, reservadas para mulheres negras em condições de subalternidades brutais.³⁶ Após a primeira internação no HNA, Anália diz ter vivido em uma casa de família. Poucos meses depois, Anália diz ter sido novamente internada no hospício por meio da polícia, desta vez a pedido da referida família, pois andava, segundo suas palavras, "meio abobada, falando tolices, desarrumando as coisas, sem saber o que fazia". Atribuía este estado "alterado" às "bebidas alcoólicas que ingeria". Após um mês de internação, Anália diz ter ganho alta. Nesse momento de sua vida, relata ter começado "a

³³ NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras. Protagonismo Ignorado. In. BASSANEZI, Pinsky; PEDRO, Joana. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.186-199.

³⁴ MAC DOWELL; BERGALLO. *Livro de Laudos... Op. cit.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ Cf. SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira*. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

frequentar bailes e a beber muito". Em uma madrugada em que regressava sozinha foi "presa e processada por vadiagem", mas graças aos seus patrões, foi absolvida. Eles declararam ao juiz que Anália "não era vadia, que estava empregada em casa deles".³⁷

Apesar do incidente, Anália seguiu a "mesma vida de bailes e bebida", sendo "levada por companheiros". Aos peritos, em 1937, ela relatou ter sido presa, pela terceira vez, após uma briga com uma mulher em que ambas se feriram. Diz ter pagado fiança e, posteriormente, condenada a cumprir "seis meses e dias" de reclusão. Após a soltura, seguiu consumindo bebidas alcoólicas e a ir aos clubes de dança, envolvendo-se em certas ocasiões em brigas com ferimentos, sendo presa algumas vezes. Tentava diminuir sua frequência nos bailes. Todavia, Anália diz ter sido internada uma vez mais no hospício ao deixar alcoolizada um dos bailes. Essa internação teria durado quatro dias. Quando recebeu alta, ela diz ter conhecido um homem com quem passou a viver. Este "não a deixou mais frequentar bailes nem beber nenhuma bebida alcoólica". Viviam bem, afetuosamente, por "dois anos e cinco meses". Anália dedicava-se somente a "trabalhar na própria casa ajuizadamente". Contudo, esse relacionamento foi interrompido pela "Revolução de 1932", pois o novo "companheiro de Anália alistou-se e partiu para São Paulo de onde não mais voltou".³⁸

Esse período de sua vida está novamente repleto de questões de gênero. Para os padrões sociais e médicos da época, seus comportamentos seriam desviantes das normas culturalmente estabelecidas para o feminino. Seriam desvios "a masturbação, o safismo, a abstinência, a coqueteria dos salões e o excesso de exposição a atividades excitantes". Eles causariam "doenças como a histeria, a ninfomania e o esgotamento físico e psíquico".³⁹ Já o padrão de normalidade da "natureza feminina" seria exercer o papel de esposa e genitora. A mulher virtuosa, além de boa esposa, deveria ser paciente e satisfazer os desejos do marido.⁴⁰ Anália não vivia mais com seu marido, embriagava-se e vivia em bailes – locais típicos de confraternização das classes populares.

Por outro lado, notem ainda que as datas narradas por Anália não guardam coerência temporal. Aos peritos do MJ, Anália relata uma internação no hospício, em 1931, com duração de um "mês e pouco" e outra de apenas "quatro dias" que teria ocorrido antes da Revolução Constitucionalista de 1932⁴¹ – guerra civil, de julho a outubro daquele ano, liderada pelas elites paulistas contra o governo provisório de Getúlio Vargas (1882-1954).⁴² Após essa internação de quatro dias, não se passaram "dois anos e cinco meses" até a guerra civil. Além disso, os peritos

³⁷ MAC DOWELL; BERGALLO. *Op. cit.*

³⁸ MAC DOWELL; BERGALLO. *Op. cit.*

³⁹ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15(Suppl.), 231-242, 2008, p.238-239.

⁴⁰ MALUF, Marina; MOTT, Maria. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.390.

⁴¹ MAC DOWELL e BERGALLO. *Op. cit.*

⁴² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.

do MJ tiveram acesso à documentação de Anália no PO e no HNA. Citam informações das internações de 1930, 1933 e 1937 – as mesmas localizadas por nós no fundo arquivístico do PO.

Sobre o crime de Anália, aos peritos registraram: depois de perder o seu amásio para guerra civil, conheceu um português, com quem se envolveu e passou a viver em um lugar chamado de "Buraco Quente", localizado no Morro da Mangueira, onde tinham uma "tendinha". Este, no entanto, tinha uma ex-mulher, que passou a ameaçar Anália. Foi em uma briga com sua rival que Anália cometeu o crime pelo qual foi processada por assassinato e avaliada no MJ.⁴³

Em resposta ao promotor de justiça, os peritos disseram que a ré tem "capacidade de imputação limitada" e que sua responsabilidade deveria ser atenuada, pois ela estava "completamente perturbada no momento em que praticou o crime". Concluíram que, "em virtude das condições da sua personalidade psicopática a ré oferece perigo social em ser mantida em liberdade enquanto não se modificar o seu temperamento".⁴⁴ Aos advogados de defesa, os peritos incluíram o diagnóstico de sífilis. Em 08 de abril de 1938, Anália foi julgada pelo Tribunal do Júri, sob a presidência do juiz Ary de Azevedo Franco (1900-1963) e foi condenada a cumprir uma pena de 15 anos de prisão.⁴⁵

Raça, degeneração e estados atípicos de degeneração

Os médicos que periciaram Anália consideraram que ela não tinha "distúrbios da percepção", era lúcida e "orientada regularmente no tempo, lugar e meio e em relação a sua pessoa".⁴⁶ Não apresentava também, aos seus olhos, perturbações patológicas da afetividade, manifestando saudades dos filhos, da mãe e dos irmãos. Quando internada no HNA, afirmou que ajudava os médicos, fazia higiene e outros serviços, enfrentando o "descaso que algumas enfermeiras demonstravam pelos doentes", bem como denunciando a má alimentação oferecida. Mac Dowell e Bergallo, contudo, faziam questão de ressaltar que, na versão da diretoria do HNA, Anália foi descrita como muito "irritável, agressiva, implicante", batendo em doentes, não tendo "piedade dos mesmos", em razão disso ficando muitas vezes trancafiada em solitária. Na Casa de Detenção também teria recebido vários castigos. Essa polifonia de versões é típica da documentação clínico-psiquiátrica.

Para os médicos, tratava-se de uma mulher com "baixíssimo nível intelectual," próxima da "oligofrenia", com "absoluta falta de instrução", afirmando, por exemplo, que "um quilo de

⁴³ MAC DOWELL; BERGALLO. *Op. cit. Diário de Notícias*, 31/01/1937, p. 06.

MAC DOWELL, Frederico L.; BERGALLO, Raul. S. Laudo do Exame de Sanidade Mental 399: A. T. B. de B. In: *Livro de Laudos e Pareceres Psiquiátricos n. 11 do Manicômio Judiciário do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: s/e., 1937. Museu penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ/SEAP). Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Base de Dados História e Loucura. BR RJMPERJ MPERJ

⁴⁴ Mac Dowell; BERGALLO. *Op. cit.*

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 08/04/1938, p. 12; *Diário de Notícias*, 31/01/1937, p. 06.

⁴⁶ MAC DOWELL; BERGALLO, R. S. *Op. Cit.* Doravante, todas as citações sem referência são desta fonte.

carne seca pesa mais que um quilo de feijão". A mulher negra, no pensamento psiquiátrico da época, ainda que não de maneira homogênea unívoca, estava aproximada do "primitivismo cultural". Com um "humor anormalmente irritável", um "estado de quase permanente mau humor", parecia, ainda, não ter "ideias abstratas". Por sua vez, na sua leitura de si, Anália dizia se sentir "muito nervosa", atribuindo ao seu "gênio" todos os infortúnios da sua vida. Dizia-se, contudo, uma pessoa boa que se opunha resistentemente aos "insultos e injustiças" que lhe apareceram durante a vida. Para os médicos, entretanto, o temperamento de Anália era anormal, uma "esquizotímica". Na conclusão do laudo no MJ, os peritos destacam que ela "não revelou no curso de nossa observação nem alucinações nem delírios. Também nas observações no hospício não foram registradas nem delírios, nem alucinações".⁴⁷ Esse é um ponto central para a compreensão dos diagnósticos de Anália.

Num resumo, seus diagnósticos psiquiátricos foram: "estado atípico de degeneração", "personalidade psicopática" e "embriaguez patológica". Ou ainda, era uma "personalidade psicopática" marcada por "irritabilidade" e "agressividade" e por "debilidade mental". De que se tratam todos esses rotulamentos diagnósticos e patológicos nos quais Anália foi circunscrita? O que eles refletem sobre os tipos de opressão de gênero e raça devotados a mulheres negras insubmissas e insurgentes aos olhos do saber psiquiátrico da época? Tentaremos, doravante, deslindar o nó deste conceitual psicopatológico no qual Anália foi enredada, sendo ela, ainda por cima, sífilítica.

Até meados do século XIX, o termo degeneração era usado pelos naturalistas sem um sentido médico-patológico. A partir do *Traité des Dégénérescences* de Bénédicte Augustin Morel (1809-1873) de 1857, o conceito de degeneração passou a significar uma degradação e um desvio doentio do tipo normal e ideal da espécie humana criado por Deus. Esse desvio – produtor de taras, vícios e traços físicos, mentais e morais alterados – seria herdado pelas gerações seguintes, provocando uma desnaturação da linhagem e esterilidade. Valentin Magnan (1835-1916), na década de 1870, introduziu uma concepção neurofisiológica e evolutiva na teoria das degenerescências e definiu gradações de degeneração, com a idiotia no maior grau de degradação da cadeia hereditária. Afastou-se do criacionismo e da concepção filosófica de Morel para discutir o alcoolismo, a loucura moral e os comportamentos anormais, como na patologia sexual, entre os casos de degeneração.⁴⁸

No início do século XX, Emil Kraepelin (1856-1926) foi crítico de determinados usos da teoria da degeneração, como no caso dos estigmas. Além de associar o alcoolismo e a sífilis à degeneração, Kraepelin considerou a pobreza e a falta de educação, assim como passou a incentivar o programa de psiquiatria genética de Ernst Rüdin (1874-1952) acerca da hereditariedade das doenças nervosas e mentais.⁴⁹ No Brasil, em resposta aos psiquiatras

⁴⁷ MAC DOWELL; BERGALLO. *Op. cit.*

⁴⁸ COFFIN, Jean-Christophe. *La transmission de la folie (1850-1914)*. Paris: D'Harmathan, 2003.

⁴⁹ ENGSTROM, Eric. "'On the question of degeneration' by Emil Kraepelin (1908)". *History of Psychiatry*, v. 18, n. 389, p. 389-398, 2007.

racialistas, Juliano Moreira (1873-1933) – que era negro – rejeitou o atavismo, o uso exagerado dos estigmas e, principalmente, associação entre degeneração, raça e miscigenação. Seguindo Kraepelin, Moreira ligou a degeneração às condições de vida, devendo ser combatida, portanto, com educação e saúde.⁵⁰

Com a introdução da expressão “psicopatias constitucionais” na Alemanha, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e Henrique Roxo propuseram a expressão “estados atípicos de degeneração” como sinonímia daquela para a Classificação de 1910. Para Roxo, o paciente degenerado teria acentuada inferioridade orgânica, frequentemente herdada dos pais, em virtude de sífilis e do alcoolismo dos progenitores. Já nos degenerados atípicos, o “fundamento degenerativo fica um tanto obscurecido diante da predominância dos sinais que lhes são característicos, que se denomina ‘estado atípico de degeneração’, frisando-se assim que não há feitiço típico”. Tais pacientes ocupariam uma zona fronteira entre a loucura e a normalidade, apresentando atos extravagantes e diminuída responsabilidade.⁵¹ Em 1916, Roxo delimitou a degeneração atípica em cinco grupos: desequilíbrio mental, depressão constitucional, excitação constitucional, perversões sexuais e delírios transitórios (delírio episódico dos degenerados).⁵² Neste último haveria “uma explosão mais súbita, instantânea do delírio sob a influência da menor causa determinante”, havendo aparente conservação das faculdades intelectuais e presença “de atos instintivamente maus”. Para Roxo, o delírio episódico se referia a estados patológicos que, por meio do diagnóstico diferencial, não podem ser enquadrados na psicose maníaco-depressiva, demência precoce e paranoia. Nesse sentido, a degeneração atípica foi criada para englobar os casos residuais de degeneração na classificação brasileira.⁵³

Com a classificação do *Serviço Nacional de Doenças Mentais do Brasil* de 1941, ao invés do termo “estado atípico de degeneração”, consta apenas “personalidades psicopáticas”. No entanto, a nosso ver, a mudança ocorreu de forma gradual, pois na terceira edição de seu Manual de Psiquiatria, Roxo passou a empregar “estados atípicos de degeneração (personalidades psicopáticas)”. Observamos que, na década de 1920, há um crescimento contraditório do uso do diagnóstico que deveria ser residual. Isto pode ser explicado pelo enquadramento dos anormais indesejados, em termos biopolíticos da época, pois a degeneração atípica abarca os anormais incorrigíveis descritos por Michel Foucault: indivíduos “espontaneamente incorrigíveis” que demandariam “a criação de tecnologias para a reeducação, uma forma de ‘sobrecorreção’ que lhe permita a vida em sociedade”. O internamento desse tipo de anormais se associava à “necessidade de corrigir, de melhorar, de conduzir à respiscência, de fazer voltar aos ‘bons

⁵⁰ FACCHINETTI, Cristiana; MUÑOZ, Pedro. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.20, n.1, jan.-mar. 2013.

⁵¹ ROXO, Henrique. *Manual de Psiquiatria*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1925, p. 637.

⁵² ROXO, Henrique. “Estados atípicos de degeneração”. *Brasil-Médico: revista de medicina e cirurgia*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº. 2, 1916, p. 86.

⁵³ ROXO, Henrique, *Manual de Psiquiatria*, op. cit, p. 653 e 661. MUÑOZ, Pedro F. N. de; FACCHINETTI, Cristiana. Diagnóstico y tratamiento en el Hospital Nacional de Alienados: el caso de los Estados Atípicos de Degeneración, 1911-1927. *Frenia. Revista de Historia de la Psiquiatría*, vol. 11, 2011, p. 89-108.

sentimentos".⁵⁴ Desse modo, ser degenerada atípica colocava Anália como um ser explosivo que agia por maldade ou por causas menores.

Por outro lado, como vimos, o temperamento era um conceito central na gramática psicopatológica constitucionalista. Ele era entendido como o "modo de ser da constituição", decorrendo de "tendências congênitas anteriores à experiência individual".⁵⁵ Ter um "temperamento anormal" poderia advir, contudo, de um processo de educação (adaptação) malsucedido. Ao assinalar o temperamento anormal em Anália, os peritos identificavam nela anormalidades psíquicas, neuroquímicas, neuroglandulares e hormonais, mas sobretudo de inadaptação à vida social e civilizacional, o que, aos olhos de parcela dos psiquiatras e criminólogos, constituía marca comum na população negra. Oliveira Vianna (1883-1951) pensava, por exemplo, na sua apropriação específica do constitucionalismo, que os "temperamentos instáveis" eram mais comuns em mestiços, africanos e indígenas.⁵⁶ Para o médico-legista Gualter Lutz, em texto em que sintetizou as premissas constitucionalistas da psiquiatria e criminologia da sua época, o esquizotímico criminoso, como Anália, tendia a matar num "paroxismo passional anulador da vontade".⁵⁷ Em Anália, haveria ainda a "selvageria" de sua raça e sua condição feminina.

Outro diagnóstico de Anália foi o de "personalidade psicopática". O que estava embutido nessa rotulação? Eram os indivíduos "limítrofes", uma reatualização dos "estados atípicos de degeneração". Na edição de 1915 do compêndio kraepeliano, as "personalidades psicopáticas", um terço de todos os criminosos, apareciam como indivíduos que tiveram uma "obstrução da faculdade ética" de ordem biológica remetida à degeneração. Nos anos 1920, a conceptualização mudou, muito em função de Kurt Schneider (1887-1967), psiquiatra que publicou, em 1923, *Die Psychopathischen Personalitäten* (Personalidades Psicopáticas), com nove edições entre 1923 e 1950, livro que se consolidou com uma das maiores influências da psiquiatria alemã no século XX. Schneider, rompendo com Kraepelin, procurou distinguir os "padrões socioculturais" dos "padrões realmente patológicos do ponto de vista biopsicológico" que poderiam ter potencial criminógeno. Nesse sentido, as "personalidades psicopáticas" teriam "desvios de personalidade" de várias naturezas. Tratava-se, para ele, de um amplo grupo de indivíduos intelectualmente lúcidos, mas com deficiências graves no "senso moral" advindas de um processo psicobiológico anômalo de formação da personalidade e na adaptação ao mundo social.⁵⁸

Na psiquiatria forense do Rio de Janeiro, o vocabulário para enquadrar estes indivíduos era bem variado: "constituições psicopáticas", "personalidades psicopáticas", "loucura moral",

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 414. MUÑOZ, Pedro; FACCHINETTI, Cristiana, *Frenia. Revista de Historia... op. cit.*

⁵⁵ PEIXOTO, Afrânio. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933, p. 121.

⁵⁶ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1933. p. 121.

⁵⁷ LUTZ, Gualter Adolfo. Bases Psiquiátricas da Criminologia. *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, v. 1 e 2, p. 15-43, 1939.

⁵⁸ WETZELL, Richard. *Inventing the Criminal: A History of German Criminology, 1880-1945*. Studies in Legal History. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000, p.68-70, 146-149.

"daltonismo moral", "anômalos morais congênitos" etc. Dentre as personalidades psicopáticas, a figura das "personalidades psicopáticas amorais", ou "amorais constitucionais", ganhava relevo pelo nenhum desenvolvimento do senso moral e perversão dos instintos. Para Heitor Carrilho, diretor do MJ, eram originadas por problemas constitucionais e/ou hereditários. Se tais personalidades defeituosas não conseguiam absorver a ética do seu tempo, impossível seria assimilarem noções de lei e ordem. Estes "inválidos da moral" não sentiam remorso, constituindo-se em verdadeiros "adversários do gênero humano", "inadaptáveis à família, à escola, à oficina e à caserna".⁵⁹

Circunscrita dessa maneira, a insubmissa Anália foi objetificada como uma degenerada/anormal indesejada cujo destino social deveria ser penal, de correção. Para parte dos psiquiatras, a condição racial e social impactava na formação de uma personalidade sem ética e moral. Em suma, suas formas de resistência e insubmissões, tinham seus sentidos patológicos potencializados por sua condição de negra, mulher, pobre e moradora de favela. Nestas condições, teria por marca a inadaptação à vida civilizacional.

Por fim, cabe dizer que não nos é permitido negar, do ponto de vista da história, o sofrimento psíquico de sujeitos de outrora – embora ele seja de difícil análise, inclusive pela limitação das fontes. Mas nos é franqueada a exposição de um determinado tipo de opressão, nosso modo patriarcal de ser, que se exerceu sobre mulheres negras, como no discurso/poder psiquiátrico e suas categorias. Essa opressão, como no caso de Anália, só pode ser entendida pelo atravessamento conjunto de expectativas de gênero, preconceito racial, exploração de trabalho, os quais se exerciam e se exercem sobre os corpos das mulheres negras.⁶⁰ Tais resistências, insubmissões e insurgências patologizadas configuram também estratégias de sobrevivência de negras(os) no pós-abolição. Formam parte do seu horizonte de vida e cotidianidade.

Reformas urbanas, raça e favelas: o caso Anália no cotidiano das classes populares

Anália residiu na Favela da Mangueira e nela praticou o crime pelo qual foi condenada. Por essa razão, discutiremos agora a história das habitações populares no Rio de Janeiro, especialmente das favelas, e, assim, o cotidiano das classes desfavorecidas e excluídas do "teatro das oligarquias".⁶¹ No Brasil pós-abolicionista, a institucionalidade republicana constituiu um projeto político e social que não integrou os ex-escravos ao povo-cidadão. A partir da

⁵⁹ CARRILHO, Heitor. Índices psicobiológicos da regeneração. Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano VII, v.1 e 2, 1936, p. 90.

⁶⁰ DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁶¹ Um federalismo desigual de alianças instáveis entre as oligarquias estaduais. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da 'política do café com leite'*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Proclamação da República, os chamados "radicais republicanos", que defendiam revolução e povo nas ruas, acabaram por se acomodar em novas hierarquias: "cidadão", "cidadão-doutor", "cidadão-doutor-general".⁶² Escolhas políticas deixaram marcas históricas:

Com a abolição da escravatura, os escravos passam a ser senhores do seu próprio destino e escravos da luta pela sobrevivência (...). Quantos séculos passarão para libertarmos nossa alma da lembrança de sermos senhores e da memória de sermos escravos?⁶³

Na história do Rio de Janeiro, embora as reformas urbanas tenham contribuído com o processo de favelização da cidade,⁶⁴ a ocupação de morros da cidade ocorreu ainda no século XIX: A Quinta do Cajú, Mangueira e Serra Morena, em 1881, Santo Antônio, em 1898, e Providência em 1897. A ocupação do Morro do Telégrafo originou a favela da Mangueira, entre Vila Isabel (oeste) e a Quinta da Boa Vista (sul). A Estrada de Ferro D. Pedro II cruzava a região, tendo, desde 1889, uma parada chamada de estação Mangueira, numa época que a região era associada à vida suburbana, inclusive, pelo destino dos trens que por ali passavam.⁶⁵

No final do período do Império (1822-1889), havia na *Grande Tijuca*, o velho e o novo: fazendas, escravos, imigrantes, fábricas, vilas operárias e favelas. Vila Isabel ganhou impulso com a inauguração, em 1873, da primeira linha de bondes que ligou o local à cidade. Em seguida, surgiram fábricas e duas vilas operárias que teriam retardado favelização do Morro dos Macacos até 1921.⁶⁶ No caso do Andaraí, a constituição de favelas, como a Arrelia (1891) e o Salgueiro (1901), ocorreu pelo grande número de fábricas e baixa quantidade de moradias populares no bairro.⁶⁷

Com as reformas de modernização e embelezamento do século XX, a comunicação da Tijuca e do subúrbio com cidade foi ampliada, sem alteração no quadro de contradições sociais da capital do país.⁶⁸ Sob a prefeitura de Francisco Pereira Passos (1836-1913), a "Comissão da Carta Cadastral" projetou uma estrutura viária entre o "litoral da região central e os bairros do

⁶² CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.26.

⁶³ PARENTE, José Inácio. Rio de Memórias (33 min. 1987), minutos 11:25-12:15.

⁶⁴ MATTOS, Romulo Costa. Higienismo e habitação popular nas primeiras décadas republicanas (1891-1906). In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali G.; CORRÊA, Maria Letícia. *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 179-287. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁶⁵ VALLADARES, Licia. *A invenção da favela... op. cit.*, p. 30. *Jornal do Commercio*, 09/11/1889. p. 3.

⁶⁶ GASPAR, Márcia Vianna. A Vila Isabel, Amélia e Drumond. In: SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahyda. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003. p. 53-61.

⁶⁷ LEITE, Márcia Pereira; FABIÃO, Maurício França. De volta para o futuro: imagens e identidades no Andaraí. In: SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahyda. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003, p. 63-79.

⁶⁸ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. In: André Nunes de Azevedo. (Org.). *Rio de Janeiro - capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Depto. Cultural/NAPE/UERJ, 2002, p. 11-44

sentido geográfico oeste da cidade, tais como Estácio de Sá e Engenho Velho, para onde confluíam diversos caminhos que ligavam ao subúrbio". Outra estrutura viária conectou o Cais dos Mineiros ao Largo do Matadouro (atual Praça da Bandeira) – "centro de onde se derivam caminhos em direção aos bairros das atuais regiões de São Cristóvão e Maracanã". Essas duas ligações foram responsáveis pela mobilidade do "centro da cidade aos bairros populares da atual zona norte da urbe".⁶⁹

Um dos efeitos da modernização excludente foi a ampliação da favelização da cidade, dado o déficit de moradias populares e a carestia urbana. A atenção das elites governantes e intelectuais se deslocava dos cortiços para as favelas. O forte discurso de condenação higienista retratava as favelas como lugares insalubres e uma ameaça estética à cidade.⁷⁰ Nas páginas policiais da imprensa, elas eram associadas ao crime.⁷¹ Mattos descreveu os diferentes tipos de moradias populares, desde as consideradas na época mais insalubres e promíscuas (casa de cômodos, cortiços, estalagens e avenidas) até as mais desejáveis aos olhos dos intelectuais (vilas operárias). Nas favelas, os casebres seriam precários e anti-higiênicos. O déficit de moradias era ainda um reflexo do jogo político do grande capital imobiliário junto às reformas e contra o pequeno capital imobiliário dos corticeiros – isto é, dos aluguéis de habitações populares e coletivas, inclusive barracos em favelas. Poucas empresas investiam na construção de moradias populares, pois o foco era especular e ter grandes lucros. A apropriação do discurso higienista favorecia, assim, os interesses pecuniários.⁷²

O higienismo – conceito usado por diversos historiadores e sociólogos aqui citados – é um capítulo da história da saúde pública, tendo como divisor de águas a descoberta da vida microbiana por Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910) e a retomada da tese do contágio animado. Com a revolução bacteriológica, o laboratório ganhou centralidade na explicação das doenças e de suas formas de transmissão, impactando as estratégias do Estado na higienização das cidades, no cuidado com a infância e na assistência e educação da população em geral.⁷³

No Brasil, já há uma vasta historiografia sobre o assunto. Jaime Benchimol, por exemplo, analisa a Reforma Passos através da reconstrução do debate médico sobre as epidemias, miasmas e outros males sanitários desde o século XIX, citando a Comissão de Melhoramentos de 1876, da qual Pereira Passos fez parte.⁷⁴ Lima e Hochman, discorrem sobre as campanhas

⁶⁹ AZEVEDO, André. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana conservadora. *Tempos Históricos*, vol. 19, 2º Semestre, p. 151-183. 2015, p. 161-162.

⁷⁰ MATTOS, Romulo, Higienismo e habitação... *op. cit.* VALLADARES, Licia. *Op. cit.*

⁷¹ MATTOS, Romulo Costa. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. *Desigualdade & diversidade*, v. 5, p. 149-170, 2009.

⁷² MATTOS, Romulo. *Op. cit.*

⁷³ ROSEN, George. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp/ABRASCO, 1994. Cf. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*, *op. cit.*

⁷⁴ BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 1: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

de saneamento rural da Primeira República, tendo como marco a célebre frase de Miguel Pereira (1871-1918): "o Brasil é um imenso Hospital". Defendem que a medicina buscou apresentar soluções para os problemas nacionais, simbolizados pela regeneração do Jeca Tatu – personagem que Monteiro Lobato (1882-1948) retratou inicialmente como preguiçoso e indolente para, em seguida, sob a influência do movimento sanitarista, descrevê-lo como doente e curável.⁷⁵

De acordo com Paula Habib, Lobato havia lido o livro "Saneamento do Brasil" de Belisário Penna (1868-1939) e, com essa influência, publicou uma série de artigos no jornal *O Estado de São Paulo* a partir dos quais defendeu o saneamento do país, com foco no combate de três pragas: malária, doença de Chagas e a ancilostomose. Citou também ações práticas como a construção de fossas, habitações higiênicas, uso de botas e campanhas explicativas acerca do ciclo das doenças e formas de transmissão.⁷⁶ Para Lobato, patriotismo, ciência, saneamento, economia e progresso devem caminhar juntos para viabilizar um processo de modernização, cuja tarefa caberia aos brasileiros, nunca aos estrangeiros. Embora houvesse uma grande preocupação com o interior do país – como nas expedições científicas de Arthur Neiva (1880-193) e Belisário Pena – ressaltamos que o saneamento incluía tanto a profilaxia rural quanto as cidades, conforme previsto no Código Sanitário idealizado por Arthur Neiva.⁷⁷ No caso do Distrito Federal, deve-se lembrar que muitos bairros só foram urbanizados e apropriadamente conectados à cidade ao longo da Primeira República⁷⁸ e que a profilaxia rural também estava voltada para a periferia da capital. Hochman defende que nesse período a saúde pública e a profilaxia rural foram estatizadas e nacionalizadas,⁷⁹ isto é, mesmo antes da constituição do primeiro ministério de saúde na Era Vargas.

No âmbito da história da saúde mental, Facchinetti e Muñoz relacionaram o esforço sanitário de Oswaldo Cruz (1872-1917) durante Reforma Passos à nomeação de Juliano Moreira para a direção do HNA. Não somente as doenças epidêmicas deveriam ser combatidas, mas também a degeneração física e mental, através do internamento dos alcólatras, sífilíticos, vadios e prostitutas que degradavam o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Moreira, como vimos, sempre combateu as associações entre raça, miscigenação e degeneração. Se as autoridades brasileiras preferiram incentivar a imigração de brancos europeus, com base no ideal de regeneração social pelo branqueamento – tal como defendia Silvio Romero (1851-1914)

⁷⁵ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996, p. 23-40.

⁷⁶ HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A Costura da Cidade: a construção da mobilidade carioca*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.

⁷⁹ HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

no século XIX –, Moreira defendia o critério de saúde como basilar da política migratória.⁸⁰ Como o desenvolvimento do movimento da higiene mental no Brasil nos anos 1920, a psiquiatria local passou a investigar não somente na melhoria das condições sanitárias dos asilos, mas também na prevenção das doenças mentais. Para Jurandir Freire Costa, assim como alguns sanitaristas brasileiros, os psiquiatras (membros do movimento da higiene mental do país) também estavam permeados pela eugenia (positiva e negativa) – ciência do melhorando dos homens, tendo por base teorias biológicas e, frequentemente, discursos racistas.⁸¹

Nos anos 1920, novas reformas urbanas foram realizadas no Rio de Janeiro por Carlos Sampaio (1861-1930) e o tema da saúde – a velha teoria dos miasmas, inclusive – se fez novamente presente, como no caso da demolição do Morro do Castelo, em 1922, sob contexto do Centenário da Independência do Brasil.⁸² Na Prefeitura de Alaor Prata (1882-1964), Juliano Moreira cedeu parte do terreno do Hospício para que uma nova ligação com a Copacabana fosse construída. Em troca, Alaor Prata financiou a construção de um novo pavilhão para tuberculosos – uma doença que mobilizava tanto sanitaristas quanto psiquiatras. Além disso, Moraes associa as reformas Carlos Sampaio e Alaor Prata às negociações que levaram a expansão e reforma da assistência aos alienados nos anos 1920.⁸³

Observamos, assim, que o “higienismo” compreende um diversificado conjunto de teorias e práticas médicas, objeto também de dissensos, com impactos relevantes para a saúde da população rural e urbana. Por outro lado, dada a força do pensamento conservador, o efeito das reformas sanitárias na cidade do Rio de Janeiro contribuiu, sem dúvidas, com a exclusão social. A ocupação dos morros da cidade é um capítulo da luta pela sobrevivência das classes populares frente a cultura elitista do projeto institucional republicano: uma oligarquia de cidadania restrita e voto controlado nos municípios pelos coronéis; uma modernização urbana focada no embelezamento e nos interesses econômicos de grupos sociais privilegiados, sem resolver as contradições sociais. Para subsistirem, os ex-escravos e seus descendentes resistiam ao discurso de estigmatização e criminalização – como na retórica das “classes perigosas” das páginas policiais da imprensa.⁸⁴ Seus comportamentos e modos de vida se chocavam com os ideais da urbanidade burguesa. Enquanto subalternos, ao mesmo tempo que constituíam uma cultura própria, eram açoitados pelo Estado Penal/Policial e pelas teias de vigilância de saberes e poderes: a polícia, o judiciário, as ciências do saneamento, a psiquiátrica, etc.

⁸⁰ FACCHINETTI, Cristiana, *Frenia. Revista de Historia... op. cit.*

⁸¹ COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei S. de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 1, 263-288, 2013.

⁸² RODRIGUES, Antônio. *A Costura da Cidade... op. cit.*

⁸³ MORAES, Monica Cristina de. *No canto do isolamento: loucura e tuberculose no Hospício Nacional de Alienados (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

⁸⁴ MATTOS, Romulo. *Desigualdade & diversidade, op. cit.*

O Morro da Providência é um caso emblemático. Desde 1887 já era conhecido como "Morro da Favela". Sua ocupação por ex-combatentes da guerra de canudos, sob a narrativa de Euclides da Cunha, constituiu um mito acerca do termo favela.⁸⁵ Com o tempo, o termo "Morro da Favela" passou a ser usado para denominar "qualquer conjunto de barracos aglomerados, sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos".⁸⁶ Sobre o mito de origem das favelas ser Canudos, Valladares vê nisso uma "forte conotação simbólica que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador". A favela seria, assim, "um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida".⁸⁷

Segundo Valladares, os primeiros habitantes da Quinta do Caju e da Mangueira eram "imigrantes portugueses, espanhóis e italianos".⁸⁸ Já Maria Alice Costa destaca que "o adensamento populacional efetivou-se a partir dos anos 1930", constituindo "uma comunidade de baixa renda que cresceu com uma população de gente pobre, constituída quase na totalidade por negros, filhos e netos de escravos."⁸⁹ Na história de Anália, vimos que ela havia se amasiado com um português conhecido no Morro da Mangueira como "Rubem". Ele era o dono de um botequim na localidade "buraco quente" (rua Visconde de Niterói), onde ocorreu o crime de Anália.⁹⁰ Na imprensa carioca, "buraco quente" (seja na Mangueira, seja em outros morros da cidade) era majoritariamente um tema das notícias policiais.⁹¹ No caso da Mangueira, "Buraco Quente" – nome ainda atual – fica na área mais baixa da favela, servindo como acesso a ela.⁹² A ex-amante de "Rubem", assassinada por Anália, também seria uma moradora do local. O "Diário da Noite" retratou a ex-amante de "Rubem" como uma mulher "preta, solteira, doméstica, de 24 anos e residente à Rua Oito, n. 9".⁹³

O amasiamento e as uniões transitórias eram características do cotidiano das camadas populares, em virtude dos custos da união legal e das obrigações de fidelidade.⁹⁴ Entre as classes mais privilegiadas, era mais comum haver um acobertamento dos problemas. Já nas classes pobres, os conflitos conjugais eram frequentemente noticiados nas páginas policiais da imprensa: "homicídios, suicídios e agressões físicas". Os homicídios por ciúme ou adultério –

⁸⁵ VALLADARES, Licia. *A invenção da favela... op. cit*, p. 32.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 30.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 32-33.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 30-31.

⁸⁹ COSTA, Maria Alice N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, (21), p. 147-163, 2003, p. 157.

⁹⁰ *Diário de Notícias*, 31/01/1937, p. 06.

⁹¹ É o resultado de nossas buscas na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional (BN).

⁹² LIMA, Sueli de (Coord.). *Coração do morro: histórias da Mangueira*. Rio de Janeiro: Casa das Artes da Mangueira, 2001. p. 28 e 59.

⁹³ *A Nação*, 29/01/1937, p.05; *Diário da Noite*, 29/01/1937, p. 03.

⁹⁴ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 126.

como no caso Anália – eram narrados como “triângulos amorosos” desfeitos “a tiros ou facadas”.⁹⁵

Casos como o de Anália reforçam argumentos já bem sólidos na historiografia. O caso reforça a negação de uma transhistórica condição feminina, sobretudo daquelas mulheres “pretas” que resistiam e não se submetiam, demonstrando o quanto os discursos jurídicos e médicos tendiam (e tendem) a universalizar normas de comportamento burguesas, tanto quanto naturalizar hierarquias sociais a partir do androcentrismo e certa misoginia da psiquiatria e do direito.⁹⁶ Além disso, o caso Anália é um exemplo de como as mulheres das classes populares do início do século XX, de uma forma geral, e as negras em particular, experimentavam a conflituosidade e a violência no fluxo da convivência tensa de antigos padrões de relações interpessoais. A violência aparece aí como forma de saída possível aos contornos tradicionais das relações de gênero.⁹⁷ Por um lado, parte dessas mulheres obtinham ampliação de autonomia pelo trabalho – o qual transformava o estatuto e o protagonismo da mulher pobre e preta diante da violência masculino; por outro, eram condenadas pelas elites pelas configurações de vida que assumiam: desde o amasiamento, a vida sem homens provedores, passando pelo sexo fora do casamento, entre outras coisas.⁹⁸

Na década de 1920 e 1930, segundo Valladares, o discurso higienista manteve presença na história urbana do Rio de Janeiro. Após a primeira campanha antifavela de João Augusto de Mattos Pimenta (1889-1979) em 1926 e 1927, o prefeito do Rio de Janeiro Antônio Prado Júnior (1880-1955) ordenou a derrubada de vários barracos, “obrigando seus moradores a buscar por conta própria outros locais de moradia”, sem que houvesse a implementação da proposta de Pimenta de casas populares.⁹⁹ O Plano Agache de 1930 incluía favela, questão social e saúde – com ideias próximas as de Mattos Pimenta. Após a Revolução de 1930, o prefeito Pedro Ernesto (1884-1942), nomeado por Vargas, manteve contatos com os habitantes das favelas. Entre 1932 e 1934, ele atuou como um mediador, distribuindo subvenções às escolas de samba, sob a lógica populista. No Código de Obras de 1937, sob a prefeitura de Olympio de Melo (1886-1977), era prevista a “extinção das habitações anti-higiênicas”. Sobre a formação de favelas: “não será absolutamente permitida” e às já existentes passaria a ser proibido “levar ou construir novos casebres, executar qualquer obra”. Além da determinação de demolição de novos casebres, a Prefeitura passaria a controlar a “cobrança de aluguel de casebres”, dando multas “em dobro”.

⁹⁵ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *Op. cit.*, p. 127 e 135.

⁹⁶ CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

⁹⁷ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp, 2001.

⁹⁹ VALLADARES, Licia. *Op. cit.*, p. 47.

Por fim, era prevista "a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo".¹⁰⁰

No Estado Novo, sabemos que se constituiu uma imagem de Vargas como pai dos pobres, sob a égide do populismo. A ajuda aos pobres e a constituição de uma identidade nacional associada ao trabalho, com forte condenação da vadiagem, faziam parte de uma agenda política maior de reformas sociais, com a concessão de direitos trabalhistas – que culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, assim como na criação de uma série de datas festivas de exaltação do regime e do presidente Vargas. Essa seria a base da criação do chamado *mito Vargas*, uma memória coletiva difundida por Alexandre Marcondes Filho (1892-1974) – Ministro do Trabalho entre 1941 e 1942 – em suas transmissões radiofônicas propagandísticas.¹⁰¹ Porém, as reformas sociais promovidas por Vargas, segundo José Murilo de Carvalho, propiciaram uma "cidadania passiva" e "tutelada", sem direitos civis e políticos. A lógica excludente, mesmo com alguns avanços, permaneceu.¹⁰²

Considerações Finais

Além da criminalização e patologização dos comportamentos de Anália, seu caso é típico da história institucional do HNA: seguidas reinternações. Além disso, chama a atenção a ausência de delírios e alucinações, bem como o diagnóstico Estado Atípico de Degeneração. Articulamos, portanto, o discurso médico ao grupo dos anormais degenerados, cuja característica principal aos olhos da medicina é a sua incorrigibilidade. Por outro lado, o caso Anália nos leva a pensar o quadro do racismo e da segregação social de negras e negros pobres após a abolição, agravado pelas reformas urbanas, que remodelaram e embelezaram a cidade do Rio de Janeiro desde a prefeitura de Pereira Passos. Tais reformas não objetivaram constituir uma "cidade-produção" que absorvesse e integrasse a massa de ex-escravos e, ao mesmo tempo, formasse uma "cidade-povo" – como defende Rodrigues.¹⁰³ Sem inclusão social e cidadania plena, as reformas dos anos 1920 e da Era Vargas não modificaram essa realidade, mesmo com a consolidação de direitos sociais e trabalhistas, no Estado Novo. Ao longo do século XX, o processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro só cresceu. A modernização conservadora tornou a cidade bela, contudo, profundamente desigual e, por isso, decadente. São gritantes as permanências de ideologias paternalistas e de controle social.

Nesse sentido, o caso Anália foi metonímia da vida de muitas mulheres negras no Rio de Janeiro pós-abolicionista; uma cena dessas vidas ausentes, nas palavras de já referida Grada Kilomba. Até cair no sistema prisional, de uma forma ou de outra, Anália resistiu/desafiou/se

¹⁰⁰ VALLADARES, Licia. *Op. cit.*, p. 56-57.

¹⁰¹ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹⁰² CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*

¹⁰³ Rodrigues, Antônio. *Rio de Janeiro... op. cit.*

insurgiu às normas, à realidade social e às expectativas hegemônicas do período. Uma trajetória que tem traços fundamentais o modo de vida e subjetivação dos populares e favelados diante dos olhos das elites econômicas, políticas e intelectuais apoiados na tutela policial e penal ininterrupta. Uma vida marcada pelo encontro com a polícia e com a economia punitiva de uma maneira geral. Nisso também se inscreve o Hospício, mesmo não tendo sido apenas um dispositivo de controle social, também figurou como destino disciplinar para muitas pessoas da condição de Anália.

Referências

ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

AZEVEDO, André. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana conservadora. *Tempos Históricos*, vol. 19, 2º Semestre, 2015, p. 151-183.

BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 1: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARRILHO, Heitor. Índices psicobiológicos da regeneração. *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano VII, v.1 e 2, 1936.

CARVALHO, Elísio. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1921.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

CÈSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Unicamp, 2001.

COFFIN, Jean-Christophe. *La transmission de la folie (1850-1914)*. Paris: D'Harmathan, 2003.

COMPARATO, Fabio. *A Oligarquia Brasileira: visão histórica*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Maria Alice N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, (21), 2003, p. 147-163.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios, Rio de Janeiro 1830-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

ENGSTROM, Eric. "On the question of degeneration' by Emil Kraepelin (1908)". *History of Psychiatry*, v. 18, n. 389, 2007, p. 389-398.

FACCHINETTI, Cristiana; MUÑOZ, Pedro. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.20, n.1, jan.-mar. 2013.

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 15(Suppl.), 231-242, 2008, p.238-239.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPAR, Márcia Vianna. A Vila Isabel, Amélia e Drumond. In: SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahyda. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel Therezinha. *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

JABERT, Alexander. *De Médicos e Médiuns: Medicina, Espiritismo e Loucura no Brasil da primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. COC/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

KILOMBA. Grada. Prefácio. Fanon, Existência, Ausência. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 11-16.

KRETSCHMER, Ernst. Konstitution und Rasse. *Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie*, 82, 1923, p. 139-147.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Márcia Pereira; FABIÃO, Maurício França. De volta para o futuro: imagens e identidades no Andaraí. In: SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahyda. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003, p. 63-79.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996, p. 23-40.

LIMA, Sueli de (Coord.). *Coração do morro: histórias da Mangueira*. Rio de Janeiro: Casa das Artes da Mangueira, 2001.

LUTZ, Gualter Adolfo. Bases Psiquiátricas da Criminologia. *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, v. 1 e 2, 1939, p. 15-43.

MAC DOWELL, Frederico L.; BERGALLO, Raul. S. Laudo do Exame de Sanidade Mental 399: A. T. B. de B. In: *Livro de Laudos e Pareceres Psiquiátricos nº 11 do Manicômio Judiciário do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1937, p. 87-96.

MACHADO, Maria. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 334-340.

MALUF, Marina; MOTT, Maria. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 390.

MATTOS, Romulo Costa. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. *Desigualdade & diversidade*, v. 5, 2009, p. 149-170.

MATTOS, Romulo Costa. Higienismo e habitação popular nas primeiras décadas republicanas (1891-1906). In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali G.; CORRÊA, Maria Leticia. *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

MORAES, Monica Cristina de. *No canto do isolamento: loucura e tuberculose no Hospício Nacional de Alienados (1890-1930)*. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.

MUÑOZ, Pedro Felipe N. de; FACCHINETTI, Cristiana; DIAS, Allister A. Teixeira. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, v. 20, 2011, p. 83-104.

MUÑOZ, Pedro Felipe N. de; FACCHINETTI, Cristiana. Diagnóstico y tratamiento en el Hospital Nacional de Alienados: el caso de los Estados Atípicos de Degeneración, 1911-1927. *Frenia. Revista de Historia de la Psiquiatría*, vol. 11, 2011, p. 89-108.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras. Protagonismo Ignorado. In. BASSANEZI, Pinsky; PEDRO, Joana. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p.186-199.

PARENTE, José Inácio. Rio de Memórias (33 min. 1987).

PEIXOTO, Afrânio. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A Costura da Cidade: a construção da mobilidade carioca*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. In: André Nunes de Azevedo. (Org.). *Rio de Janeiro - capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Depto. Cultural/NAPE/UERJ, 2002, p. 11-44.

RODRIGUEZ, Ileana. Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: from representation to recognition. In: RODRIGUEZ, Ileana (Ed.). *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham: Duke University Press Books, 2001, p. 01-32.

ROSEN, George. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp/ABRASCO, 1994.

ROXO, Henrique. Perturbações mentais nos negros do Brasil. *Brasil-Médico*. Rio de Janeiro, nº 18, 1904, p. 08-24.

ROXO, Henrique. Estados atípicos de degeneração. *Brasil-Médico: revista de medicina e cirurgia*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº. 2, 1916, p. 86.

ROXO, Henrique. *Manual de Psiquiatria*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1925.

ROXO, Henrique. A razão de ser do Delírio Episódico. *Imprensa Médica*, vol. 4, n. 3, mar. 1928, p. 13-14.

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira*. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

SCOTT, Joan Wallace. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 1995, p. 71-99.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1933.

VIMIEIRO-GOMES, Ana C. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, 2012, p. 705-719.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da 'política do café com leite'*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei S. de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 1, 263-288, 2013.

WETZELL, Richard. *Inventing the Criminal: A History of German Criminology, 1880-1945*. Studies in Legal History. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

XAVIER, Giovana; BARRETO, Juliana; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: SUMMUS; Selo Negro, 2012.